

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos para Pavimentação da Estrada Vicinal TAR-020 no município de Tarumã-SP.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos para Pavimentação da Estrada Vicinal TAR-020, no município de Tarumã-SP., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unid	Qtd	Valor unitário	Valor Total
1	Elaboração de Projetos executivo, geométrico, terraplanagem, drenagem, pavimentação, sinalização, cadastro de interferências e planilha de quantidades e valores, para pavimentação da estrada vicinal TAR-020, conforme diretrizes abaixo	UN	1		

Planta de Localização



Características Gerais do Trecho

Atualmente Estrada Vicinal TAR 020 possui uma seção transversal plana para implantar uma pista simples ao longo de aproximadamente 3,3 km de extensão. O relevo da rodovia é ondulado e se com rampas suaves e longas tangentes. No trecho entre a Avenida das Orquídeas e Estrada do Álcool SPI que liga SP 333 a SP266 cruza com apenas um curso d'água

1.1.1- Projetos

O desenvolvimento do projeto executivo deverá ser norteado pelas diretrizes contidas nas normas da ABNT e DER-SP e pelas boas práticas de engenharia. As disciplinas pertencentes ao escopo de projeto em questão seguem apresentadas na tabela abaixo, deverá apresentar a sua estimativa quanto à geração de desenhos formato A1. Esta quantidade de desenhos não será objeto de medição, mas apenas de avaliação por parte da PM Tarumã.

Projeto Geométrico
Projeto de Terraplenagem
Projeto de Drenagem
Projeto de Pavimentação
Projeto de Sinalização
Cadastro de Interferências
Planilha de Quantidades e Orçamentária

Geometria e Terraplenagem

Os Projetos Executivos das especialidades deverão elaborados considerando as diretrizes aprovadas no Projeto Básico conforme normas técnicas e apresentação do DER SP. Os projetos, nesta fase de detalhamento, deverão ser desenvolvidos considerando a base topográfica na escala 1:1000 obedecendo a Especificação para Serviços Topográficos e as Norma NT-DE-F00/001 Normas Técnicas de Projeto Geométrico.

Os projetos de geometria e terraplenagem serão desenvolvidos contendo todos os dados técnicos para implantação da obra utilizando-se a plataforma CIVIL 3 D

Os documentos deverão ser apresentados na geometria são;

- Planta e Perfil escala horizontal 1:1000 Vertical 1:100
- Seções Tipo
- Memorial de Cálculo Horizontal e Vertical
- Planta e Perfil dos dispositivos de retorno com Memorial de Cálculo Horizontal e Vertical e Seções Tipo.

Para as duas rotatórias fechadas deverá também ser apresentados os documentos acima na escala horizontal 1:500

O projeto de Terraplenagem deverá apresentar os movimentos de terra necessários considerando a classificação dos materiais subsidiada pelas sondagens em região de corte e para os aterros o tratamento para a fundação dos mesmos, e deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Notas de Serviços do Pavimento Acabado
- Planilhas de Volumes com Classificação de Materiais
- Diagrama de Bruckner
- Planta de Distribuição de Materiais
- Quadro de Orientação de Terraplenagem

Estudos Hidrológicos e Drenagem

Os estudos hidrológicos deverão fornecer subsídios para elaboração dos projetos de drenagem de talvegue e superficial. Deverão ser coletadas informações de órgãos oficiais que permitam a caracterização climática, pluviométrica e fluviométrica na área do projeto.

Para definição das plantas de bacias deverá ser utilizado plantas SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) para determinação de dados topográficos para os estudos como área da bacia, comprimento e declividade de talvegue e outros coeficientes.

Os estudos hidrológicos deverão ser norteados pelas normas do DER SP

Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Planta de bacia na escala 1:50.000
- Memorial dos Estudos Hidrológicos

Com os parâmetros obtidos através dos Estudos Hidrológicos deverão ser desenvolvidos os projetos de drenagem superficial, bueiros e dispositivos de escoamentos superficiais.

Para os bueiros deverão ser verificadas as capacidades dos bueiros existentes propondo-se prolongamento, reforço ou substituição.

O projeto de drenagem deverá ser apresentado com os seguintes documentos:

- Projeto de Drenagem em Planta
- Perfis de Bueiros
- Memorial de Cálculo Hidráulico

Para os detalhes dos dispositivos de drenagem serão utilizados os Projetos Padrões do DER SP

Pavimentação

O projeto de pavimentação deverá ser desenvolvido considerando normas técnicas IP DE P00 /01 DER SP e DNIT. Antes do Detalhamento da Estrutura do Pavimento e após o recebimentos dos dados geotécnicos deverá ser definido em conjunto com Corpo Técnico a solução a ser apresentada para a base e sub-base objetivando-se apresentar a melhor proposta técnico econômica para a implantação da pavimentação

O projeto de pavimentação deverá ser composto dos seguintes documentos:

- Memorial de Cálculo da Estrutura do Pavimento
- Planta de Distribuição do Pavimento
- Seções Tipo e Detalhes

Sinalização

O projeto de sinalização deverá ser desenvolvido de acordo com os Manuais de Sinalização Rodoviária do DER/SP, os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do CONTRAN e com as normas técnicas vigentes da ABNT.

Considerando o cadastro da sinalização existente com as placas de orientação, advertência, regulamentação e os dispositivos de segurança, para pista remanescente prevê-se a utilização de dispositivos que estejam em condições de uso e dentro das normas atuais e os demais serão propostas a sua remoção.

Deverão ser apresentados os seguintes Documentos;

- Planta de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança
- Planta de Detalhes da Sinalização Horizontal
- Planta de Detalhes da Sinalização Vertical
- Planta de Detalhes dos Dispositivos de Segurança
- Planta de Diagramação das Placas

Cadastro de Interferências

Na planta de Cadastro de Interferências deverá constar, além das utilidades levantadas no cadastro topográfico, a transcrição das utilidades subterrâneas cujos dados serão fornecidos pela PM Tarumã.

Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Planta Geral de Interferências
- Relatório Técnico de Interferências

Planilhas de Quantidades e Orçamentaria

Deverá ser apresentado a memória de cálculo de quantidades de cada especialidade de projeto, a planilha de quantidade e o orçamento utilizando-se a TPU do DER SP.

Prazo de Execução dos Trabalhos

Os trabalhos deverão ser realizados em 90 dias uteis a contar da assinatura da Ordem de Serviços

Prazo de vigência da contratação

A vigência do contrato é até 31/12/2024.

A critério exclusivo da Contratante, este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido no Art. 107 da Lei nº 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

6.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

6.1. Rotinas de fiscalização Contratual

6.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega, montagem e treinamento operacionais do objeto licitado;

6.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.6. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2. São obrigações da Contratante:

6.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega, montagem e treinamentos operacionais do objeto licitado;

6.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

6.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

6.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

6.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar os serviços, fica a servidora pública municipal, Sr. Valdinei Pereira dos Santos, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 18.347.475-2 SSP/SP e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 110.730.858-56, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

6.3. São obrigações da Contratada:

6.3.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Contrato, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

6.3.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

6.3.3. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.3.4. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

6.3.5. Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

6.3.6. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

6.3.7. Manter, durante toda a Vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.8. Os equipamentos entregues deverão obedecer rigorosamente as normas a ele pertinente e as exigidas no edital e neste Termo de Referência.

6.3.9. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Do Recebimento

8.6.1. A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **DISPENSA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Habilitação jurídica

8.2.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal

do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das **Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);**

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

9. **VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor da Contratação será baseado no preço de referência, apurado por meio de cotações por meio de pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), e por meio de envio de e-mails para os fornecedores cadastrados no sistema de compras do município. Para o preço de

referência, será utilizado o MENOR VALOR de acordo com o Mapa de Preços do Estudo Técnico Preliminar.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato:

02.03.00.20.608.0012.2015-3.1.90.39-224

Tarumã, 18 de Março de 2024.

DANIEL FRANCO DA SILVA
Supervisor de programas
Secretaria Agroobras

Prefeitura Municipal de Tarumã